

DAS BIBLIOTECAS E DA NORMALIZAÇÃO

CDU 002:389.6

RESUMO: Salientando a importância do normalização no campo da produção bibliográfica, indica-se, após historiar os aspectos salientes da organização internacional e nacional, as Normas de maior interesse para os arquivos, bibliotecas e centros documentação ainda não estudadas em Portugal.

Diante dos abismos vertiginosos que a ciência desvenda ao homem de hoje, propondo-lhe incessantemente novos problemas que exigem soluções diferentes das de ontem, lícito é repetir a afirmação angustiante de Ortega y Gasset: — «O homem está em perigo de ser submergido, tornar-se escravo das ciências que se multiplicam, progridem e especializam».

Todo o progresso técnico do séc. xx, o século da produção como tem sido definido, apoia-se basilarmente nos recursos naturais, potencial humano e conhecimentos técnicos suficientes para um total aproveitamento da matéria prima e sua transformação em obra produzida e distribuída.

Produzir mais e mais barato, abarcar novos mercados, pressupõe o domínio de técnicas adequadas, processos de fabrico eficientes, e exigem que a sua difusão alcance o investigador, o engenheiro, o industrial ávidos de actualização e informação.

Mas, além das preocupações de melhoria económica, o homem, na sua dimensão cultural, traduz-se por um complexo de exigências puramente espirituais, sociais e humanísticas que para a sua perduração e expansão exigem a palavra escrita.

Temos assim o problema da produção bibliográfica em massa quase incontroável para a capacidade de assimilação humana.

O livro, o acesso à informação necessária revela-se como nova dificuldade proposta tanto ao investigador como ao leitor comum interessado,

em simples literatura de evasão. As estatísticas relativas à América do Norte, para darmos um exemplo, testemunham o facto: — 500 000 revistas registadas nas suas bibliotecas.

Bibliotecas. Empregamos a palavra pela 1.^a vez no presente trabalho e julgamos que no momento exacto em que os bibliotecários estão relacionados com os problemas já referidos.

Perante as dificuldades de informação bibliográfica, a biblioteca tende cada vez mais a ultrapassar a fase depósito de livros para evoluir no sentido dinâmico activo de resposta e solução das questões propostas pelos utilizadores.

A informação não é, porém, o objectivo último solicitado pelo investigador que necessita de instrumentos de trabalho mais detalhados, bibliografias classificadas nos diversos sectores culturais, análises bibliográficas que os orientem na busca documental dispersa e signifiquem economia de tempo e esforços.

As Bibliotecas e Centros de Documentação com pessoal especializado e preparação técnica biblioteconómica apropriada respondem hoje ao problema.

Na feliz definição de Ortega y Gasset os bibliotecários e (evidentemente o documentalista e arquivista) são: — «o filtro que se interpõe entre a torrente dos livros e o homem».

Cumpre-lhes manejar todo o material publicado, contribuir para uma perfeita organização bibliográfica, compreendendo por tal o conjunto de meios que dão acesso aos documentos.

A organização bibliográfica eficiente exige adopção de critérios em todas as fases dos trabalhos técnicos a desenvolver, desde o simples registo de entrada aos problemas de classificação, elaboração de análises bibliográficas e bibliografias, etc. Para o utente habitual das bibliotecas é fundamental referenciar os elementos desejados segundo critérios comuns.

Afirmemos também a vantagem de nos diversos serviços de empréstimo, permuta e reprodução serem utilizadas normas idênticas e aparelhagem uniforme para termos a exacta noção do problema.

Empreguemos então a palavra que se impõe: — Normalização.

Nem sempre bem recebida, nem sempre acatada, a Normalização é a resposta às exigências do homem de hoje interessado em maior produção e melhor aproveitamento dos meios de que dispõe. Repetindo o título

de um discurso pronunciado pelo Presidente da ISO ⁽¹⁾, Dr. Andrei Vialkene, a Normalização está «ao serviço do progresso técnico, científico e económico», e «ocasiona o desenvolvimento da técnica e organização da produção».

No vasto campo das indústrias as vantagens são evidentes e múltiplas se tivermos presente a diversidade de processos utilizados e mercados a abastecer.

Deixemos, porém, a indústria e abarquemos o problema no sector específico dos centros bibliográficos, molas propulsoras de todo o progresso alcançado, onde são elaborados diariamente os instrumentos de trabalho capazes de fornecerem todos os elementos solicitados.

O trabalho de catalogação, classificação, preparação, redacção e edição de documentos pressupõe, para uma rentabilidade perfeita, regras.

«Estas regras, estabelecidas após exaustivos estudos e prospecção, vão até à fixação e especificação de tipos, formatos, características, métodos, terminologias e mesmo atitudes, que no, caso do trabalho intelectual, se propõem conseguir a simplificação e unificação das maneiras mais recomendáveis de, por exemplo, numerar, escrever, abreviar, alfabetar, corrigir, analisar, transliterar, definir, referenciar, reproduzir ⁽²⁾».

Para conseguir o objectivo em questão a Normalização pressupõe uma organização internacional que coordene e estude os princípios a serem adaptados pelos diferentes países.

A Comissão Técnica 46 da International Organisation for Standardization, conhecida abreviadamente por ISO-TC 46 — Documentation, trabalho desde 1946, no campo particular da Normalização. A acção desenvolvida pelo organismo está referenciada em vários trabalhos ⁽³⁾.

⁽¹⁾ ORTEGA Y GASSET, José — *Misión del bibliotecario*. Madrid, Revista do Ocidente, 1962, p. 82.

⁽²⁾ PAULO, Zeferino Ferreira — *Normalização de Documentação. Panorâmica geral e documentos normativos. Estudos de equivalências e de indexação. Sumários e textos*. Lisboa, Centro de Documentação Científica Ultramarina, 1964. Bibliogr. numerosa. (Publicação do CDCU, n.º 64), p. 3.

⁽³⁾ DEZSÉNGEL, B. — *La normalisation internationale en matière de documentation. Résultats et perspectives*: Bull. Unesco Bibl. (Paris) vol. 14: 49-53, 1960.

A Organização Internacional de Normalização. Bol. Norm. (Lisboa) 11. (5-6): 145-152, 1962.

De forma abreviada descrevemos a mecânica dos trabalhos:

Numa primeira fase a TC 46 estuda detalhadamente as questões propostas em reuniões plenárias. Seguidamente um grupo de trabalhos especializado prepara um ante-projecto destinado à TC que o enviará a todos os países membros.

Já na fase PR (projecto de recomendação) aprovado pelas diversas Comissões Técnicas nacionais, é submetido ao Conselho da ISO. Temos então a fase final R (Recomendação). Pretende-se assim, por um trabalho de consulta e respeito pelas diversas posições e interesses nacionais, estabelecer a unificação internacional.

Vejamos agora a questão da Normalização em Portugal. Data de 1948 a criação, na Inspecção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, de uma Repartição e Conselho especialmente dedicada aos problemas da Normalização, efectuando-se a admissão como membro da ISO em Fevereiro de 1949.

Da actividade e esforços desenvolvidos pelas 31 Comissões falamos nos relatórios em que se apresentam o muito que tem feito e se salientam as dificuldades encontradas para uma total integração no espírito da Normalização.

Julgamos útil descrever, baseado em elementos já publicados⁽¹⁾, o processamento dos trabalhos ao nível nacional.

Em 1952 foi criado o Centro de Normalização e reestruturada a Repartição de Normalização, facto resultante da crescente complexidade de serviços.

Do Conselho de Normalização, «órgão de consulta e estudo a quem compete apreciar os estudos de normas, mandar submeter os estudos aprovados a inquérito público de 60 dias e dar parecer sobre quaisquer reclamações ou sugestões propostas acerca da revisão das normas definitivas», fazem parte, além do Presidente, Inspector-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, os seguintes organismos: —

- 1 — IGPAI — 2 engenheiros (Inspectores Superiores)
- 2 — Ministério do Exército e Marinha
- 3 — Direcção-Geral dos Combustíveis
- 4 — Direcção dos Serviços Agrícolas

(1) *A normalização em Portugal*. Bol. Norm. (Lisboa) 12(1-2): I, Jan.-Fev. 1936.

- 5 — Direcção-Geral dos Serviços Industriais e Transportes Terrestres
- 6 — Comissão Electrotécnica Portuguesa
- 7 — Comissão Técnica dos Métodos Químico-Analíticos
- 8 — Estação Agronómica Nacional
- 9 — Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- 10 — Ordem dos Engenheiros
- 11 — Um professor catedrático representando: —

- a) *Instituto Superior Técnico ou Faculdade de Engenharia do Porto.*
- b) *Instituto Superior de Agronomia.*
- c) *Faculdade de Ciências.*

Referimos seguidamente as diversas fases em que se processa o estudo das Normas Portuguesas (Decreto-Lei n.º 38 801, arts. n.º 3 a 11.º de Junho de 1952).

1.º: — ESTUDO — E

Estudo do assunto pelas diversas Comissões Técnicas. Aprovado pelo Conselho de Normalização passará à fase seguinte.

2.º: — INQUÉRITO — I

A norma publicada no *Boletim de Normalização* está sujeita às críticas de todos os interessados durante o prazo de 60 dias. O inquérito público é anunciado nos jornais de maior circulação de Lisboa, Porto, Luanda e Lourenço Marques.

O Conselho de Normalização emite seguidamente um parecer, baseado nas opiniões recebidas e que é apresentado ao Ministério de Economia.

3.º: — NORMA PROVISÓRIA

Homologado o parecer do Conselho de Normalização, o Inquérito passará a Norma Provisória pelo período de um ano.

4.º: — NORMA DEFINITIVA

Decorrido um ano sobre a homologação da Norma Provisória, o Conselho de Normalização pronuncia-se novamente e pode propor a sua passagem a Norma Definitiva Portuguesa (NP) (1).

A revisão das normas definitivas efectua-se, normalmente, decorridos 5 anos. As diversas Comissões Técnicas podem propor a redução do prazo para 3 anos.

Do trabalho desenvolvido pela Comissão Técnica Portuguesa de Normalização de Documentação CT-7 ainda há pouco tempo foi dado público conhecimento, através de uma comunicação do seu Presidente que anteriormente publicara já um valioso estudo comprovativo de Normas portuguesas e brasileiras (2).

A Normalização não é, pois, um fim mas um meio de, mediante a unificação e simplificação, conseguir a uniformização dos métodos de trabalho e processos técnicos seguidos nos diversos sectores especializados.

No recente I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas, regras de catalogação e ficha catalográfica nacional foram alguns problemas abordados e discutidos.

O espírito e vantagens da Normalização julgamos que dia a dia ganham maiores direitos de cidade junto dos arquivistas, bibliotecários e documentalistas.

Tenhamos bem presente que no diálogo travado entre leitor e espécie bibliográfica, o 1.º só ganhará tempo e esforço se referenciar de forma uniformizada as informações que lhe interessam e que os serviços técnicos só lucrarão se o livro, revista ou outro elemento documental for devidamente normalizado.

Citamos a propósito uma passagem de «Code du bon usage en matière de publications scientifiques»: —

(1) NP-1 1960 — *Normas Portuguesas: Designação e numeração*.

(2) COSTA, Mário Alberto Nunes — *Normalização da organização do trabalho intelectual e da documentação no Brasil e em Portugal*; Idem — *Realizações da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização de Documentação*. Coimbra, 1965. Mimeog.

«A falta de disciplina, livremente consentida em matéria de redacção e de publicação de informações científicas, é uma das principais causas de aumento inútil do volume de documentos publicados, das despesas feitas para as imprimir, para as resumir, para as referenciar e para os encontrar».

No próximo número daremos uma perspectiva das possibilidades e utilidade da Normalização, indicaremos *alguns* dos temas já tratados em Normas estrangeiras e Recomendações ISO e que ainda não foram estudadas em Portugal.

JOSÉ MANUEL MOTA DE SOUSA
Faculdade de Letras de Coimbra